



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019 – REFORMA TRIBUTÁRIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019

EMENDA MODIFICATIVA Nº (Do Sr. Marreca Filho e Outros)

Permite tratamento tributário diferenciado para alimentos, medicamentos, transporte público coletivo de passageiros urbano e de caráter urbano, bens do ativo imobilizado, saneamento básico, educação infantil, ensino fundamental, médio e superior e educação profissional.

Dê-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2019 a seguinte redação:

“Art. 1º.
.....

Art. 152-A.

§ 1º

.....

IV - não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação das alíquotas nominais, exceto, se estabelecido por lei complementar, em relação a operações com os seguintes produtos ou serviços:

- a) alimentos, inclusive os destinados ao consumo animal;*
- b) medicamentos;*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- c) *transporte público coletivo de passageiros urbano e de caráter urbano;*
- d) *bens do ativo imobilizado;*
- e) *saneamento básico;*
- f) *educação infantil, ensino fundamental, médio e superior e educação profissional;*

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo possibilitar tratamento tributário diferenciado para setores específicos da economia. Apesar de entendermos que a profusão de exceções na tributação sobre o consumo significa séria disfunção, consideramos que alguns setores, inequivocamente, necessitam de tratamento diferenciado. Atividades econômicas cuja variação de preço de seus produtos ou serviços resultam em grande impacto social devem ser tratadas distintamente de setores cuja alteração de preços não atingem diretamente a população mais carente.

Nossa proposta reconhece que a situação ideal está em uma cobrança de tributos uniforme, com alíquota idêntica para quase a totalidade dos produtos e serviços, garantindo-se uma tributação mais baixa apenas para alimentos, medicamentos, transporte público, bens do ativo imobilizado, saneamento básico, educação infantil, ensino fundamental, médio e superior e educação profissional, sendo vedada a concessão de benefício fiscal para qualquer outro produto ou serviço.

Assim, esta emenda abre possibilidade de que, quando da regulamentação do IBS e caso represente a vontade do legislador, seja fixada alíquota diferenciada para alguns produtos ou serviços específicos, de modo a garantir, dentro do possível, que não ocorram alterações abruptas na atual carga tributária de setores da economia cujos preços repercutirão sobre a parcela mais necessitada da população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Elevar as alíquotas sobre o consumo de produtos e serviços essenciais aumentará a regressividade de nosso sistema tributário, além de ferir os princípios da justiça fiscal. Por outro lado, a redução da carga tributária para a cesta básica, por exemplo, equivale a um aumento do salário real da população de baixa renda.

Certo do mérito de nossa proposta, solicitamos apoio para sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Dep. Marreca Filho
Patriota/MA

[illegible]